

Uma breve reflexão sobre a contribuição do professor Reginaldo Souza Santos para os estudos sobre equidade racial no campo da administração política

Elias de Oliveira Sampaio¹

Resumo

O texto procura refletir sobre a contribuição do Professor Reginaldo Souza Santos para as discussões sobre equidade racial à luz da administração política. Apesar da discussão racial não ser um tema trabalhado de forma direta por Reginaldo, o ponto que coloco no artigo é que independente disso, ele nunca se furtou a apoiar o avanço dessa discussão nos ambientes que participava, a medida que sempre acolheu e dialogou com o assunto sempre que a oportunidade lhe surgia. No caso específico da relação Administração política versus Questões raciais o artigo demonstra que nossas conversas nunca foram muito conclusiva, mas pelo “andar de nossa carruagem”, de 1999 até 2020, era incontroverso que, havia sim, não apenas convergência desses assuntos, mas que essa agenda poderia ser uma importante vertente do seu caro campo da Administração Política. O aspecto central que levantamos é que Reginaldo demonstrava entender isso de forma cristalina e o suporte que ele ofereceu para o meu último livro, *Dialogando com Celso Furtado e a sua participação no Grupo de Trabalho sobre Administração Pública e Relações Raciais na ENANPAD*, restou por serem as maiores comprovações disto.

Palavras-chave: Relações Raciais; Reginaldo Souza Santos; ENANPAD

Um dos últimos trabalhos de Reginaldo Souza Santos como Professor Titular da Cadeira de Administração Pública (aposentado) do Núcleo de Pós-Graduação em Administração (NPGA) da Escola de Administração da Universidade Federal da Bahia (EAUFBA) foi assumir, junto com o também Professor Titular Genauto França Filho, a tutoria das minhas pesquisas de pós-doutoramento em 2020, ano marcado pelo início da pandemia da covid-19 e, com ela, de intensas transformações no mundo e na sociedade brasileira, muitas das quais, ainda sequer sabemos ao certo da profundidade de suas consequências.

¹ Economista Classe Especial do Ministério da Gestão e Inovação em Serviços Públicos (MGI), lotado na Superintendência do Patrimônio da União na Bahia (SPU-BA). Possui Pós-Doutoramento no NPGA/UFBA com a Pesquisa Democracia, Igualdade Racial e Desenvolvimento.

Mas, o que naquele momento nem imaginávamos cogitar, era que em tão pouco tempo a partir dali iríamos ter que nos despedir tão prematuramente do queridíssimo amigo e professor. Da minha parte, não há como perder a oportunidade de participar dessa edição especial para registrar o meu agradecimento pela existência da pessoa de Reginaldo e da sua importância na minha vida acadêmica e intelectual. A rigor, a minha consolidação como pesquisador nos últimos 20 anos, após a minha formação como doutor em Administração, teve uma influência marcada pelo “saber ser” e pelo “saber fazer” dele que, desde 1999 quando apresentei o meu projeto de pesquisa para me candidatar ao doutoramento no NPGA/EAUFBA, me acolheu como orientando, e me manteve acolhido, como parceiro de muitos trabalhos, até o já citado pós-doutoramento.

Aqui, creio ser muito importante salientar que no intervalo entre esses dois extremos dessa linha de tempo, a minha vida acadêmica sempre foi circundada pela presença ativa de Reginaldo. É incrível e muito necessário apontar que ele sempre esteve disposto a participar, da melhor maneira possível, de todas as demandas da minha parte que a ele foram propostas, inclusive – e de forma muito oportuna – no que diz respeito ao meu principal campo de investigação que são as relações raciais no âmbito da teoria econômica e economia política do desenvolvimento, em articulação com a administração e as políticas públicas.

Ele não teve dúvidas, por exemplo, de inaugurar a proposição do tema Administração Pública, Políticas Públicas e Relações Raciais no Brasil para os encontros da ENAPAD de 2018, juntamente com a professora Elisabeth Matos do Núcleo de Pós-Graduação em Administração da Universidade Federal da Bahia (NPGA/EAUFBA), a professora Tatiana Silva do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) e o professor Pedro Jaime da Escola Superior de Propaganda e Marketing (FEI/ESPM), apesar de há muito tempo não estar participando daquele Congresso Nacional da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Administração (ANPAD). Por isso, em nossas conversas mais amiúdes sobre Administração Política, área de pesquisa genuinamente surgida no NPGA/EAUFBA sob sua liderança, eu sempre lhe dizia que as questões que ele vinha levantando nesse

novo campo de investigação convergiria, necessariamente, para o debate sobre as relações raciais no campo da economia e administração, de maneira ainda muito pouco explorada pelas pesquisas mais tradicionais em desenvolvimento nessas áreas do conhecimento, quer sejam as de matrizes mais ortodoxas ou as de matrizes mais heterodoxas.

Por oportuno, devo também confessar que esses nossos diálogos nunca foram muito conclusivos a esse respeito, mas pelo “andar de nossa carruagem”, de 1999 até 2020, me parece incontroverso que, havia sim, não apenas convergência desses assuntos, mas que essa agenda poderia ser uma importante vertente do seu caro campo da Administração Política e Reginaldo demonstrava entender isso de forma cristalina, a despeito do tema relações raciais nunca ter sido parte de suas pesquisas anteriores.

É nesse contexto que acredito que um dos principais legados do professor Reginaldo Souza Santos para os estudos da Administração Pública, *latu senso*, junto com toda a sua profícua produção no âmbito acadêmica, é ter aberto a porta para discussão sobre as questões relacionadas as relações raciais e equidade como um dos objetos da Administração Política. Sendo assim, para ilustrar essa assertiva convém trazer à baila dois fatos que considero extremamente importantes da trajetória de trabalho que desenvolvi com Reginaldo, os quais são interconectados e, a meu ver, sintetizam muito apropriadamente esse meu entendimento.

O primeiro deles diz respeito ao processo de desenvolvimento da minha tese de doutorado no NPGA, entre os anos de 1999 e 2003, sob sua orientação, cujo título foi *Regulação econômica e políticas públicas: uma contribuição teórica para releitura das políticas de desenvolvimento para o Nordeste do Brasil (1960-2001)*. O segundo, foi a publicação do meu livro *Dialogando com Celso Furtado: ensaios sobre a questão da mão de obra, o subdesenvolvimento e as desigualdades raciais na formação econômica do Brasil*, lançado em 2019, no qual Reginaldo foi uma peça fundamental para a existência da obra, não só porque editou o trabalho na Coleção de Administração Política junto a editora Hucitec, mas também porque me deu a honra de emprestar o seu prestígio acadêmico ao prefaciar o meu trabalho

Assim, começando de trás para frente a partir do livro, me restou evidente que para o professor Reginaldo, a crítica levantada por mim sobre as posições furtadianas a

respeito do papel da mão de obra escravizada e de seus descendentes em relação ao processo de desenvolvimento econômico brasileiro após o período de escravidão, não só eram pertinentes do ponto de vista da historiografia econômica e da economia política do desenvolvimento, mas também indicavam haver uma conexão entre a minha abordagem sobre esses temas sob o foco das relações raciais, com os estudos no campo da Administração Política.

Curiosamente, esse entendimento veio se consolidando em nossas conversas por que percebemos que nos 20 anos que separaram a minha tese de doutorado e a publicação do meu livro, foi o período em que fui amadurecendo essa crítica a abordagem do mais importante economista brasileiro, em seu clássico *Formação Econômica do Brasil* (FEB). No entanto, nem ele e nem eu havia nos detidos ao fato de que FEB, sequer foi citado na minha tese defendida em 2003, a despeito de termos usados diversos outros trabalhos de Furtado. Diante disso, a questão que passou a assiduamente frequentar as nossas discussões durante as nossas conversas sobre o tema do livro, era como foi possível ter estudado as políticas de desenvolvimento do Nordeste e a Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (Sudene) sem trazer nenhum aspecto, por mais elementar que fosse, de *Formação Econômica do Brasil*, obra publicada em 1959, mesmo ano de criação da daquela autarquia idealizada pelo próprio Furtado?

Obviamente que isso poderia ter sido apenas um erro, relativamente grosseiro da minha pesquisa, mas, isso não explicaria que “esse esquecimento” também não fora percebido por ele como meu orientador, e muito menos por todos os quatro membros da specialistíssima banca que avaliou e aprovou o meu trabalho final sem nenhuma ressalva a esse respeito.

O fato é que discuti teoricamente na minha tese as políticas de desenvolvimento regional produzidas pela Sudene sem ter trazido o elemento que hoje considero central para os debates sobre o subdesenvolvimento do Nordeste que são as desigualdades socioeconômicas causadas pelo racismo. De forma diversa, o meu livro *Dialogando com Celso Furtado* faz exatamente o contrário, isto é, aponta para centralidade do debate sobre o subdesenvolvimento brasileiro, do nordestino em particular, as desigualdades

socioeconômicas causadas pelo racismo como elementos estruturantes e sustentáveis do subdesenvolvimento. Mais do que isso: defendo que o mesmo racismo que causa e mantém tais desigualdades, antes disso, também deforma o modelo de formulação e implementação de políticas de desenvolvimento regional e a abordagem de Furtado, a meu ver, surge como um dos modelos conceituais interpretativos hegemônicos que tem dado suporte a isso.

Nesse contexto, esse desdobramento interpretativo evolucionário, da tese ao livro, precisava ser encarado mais fortemente e publicizado porque nos parecia não só um registro curioso, mas porque chegamos a duas conclusões que consideramos importantes para ilustrar o quanto dinâmico e vivo é o processo de construção do conhecimento. A primeira, e muito significativa dessas conclusões foi que desde antes, a época do meu doutoramento e mesmo do meu mestrado em economia, eu já rejeitava a abordagem de Furtado a respeito do papel da mão de obra ex-escravizada e seus descendentes no processo de transição do regime escravista para o de trabalho assalariado e as consequências previstas por ele para o processo de desenvolvimento brasileiro tal como ele vislumbrava no texto de 1959.

Na verdade, esse desconforto me perseguia desde o tempo da graduação em economia na Universidade Católica do Salvador (1985-1989), onde, registrei em minhas leituras de FEB o trecho que uso como base de sustentação para elaboração das minhas críticas a posição de Furtado. Qual seja:

Na antiga região cafeeira onde, [...] foi necessário oferecer salários relativamente elevados, observou-se de imediato um frouxamento nas normas do trabalho. [...] uma das consequências diretas da abolição [...] foi reduzir-se o grau de utilização da forma de trabalho. Esse problema terá repercussões sociais amplas que não cabe aqui refletir. [...] *o reduzido desenvolvimento mental da população submetida à escravidão provocará a segregação parcial desta após a abolição, retardando sua assimilação e entorpecendo o desenvolvimento econômico do país [...] comprova-se que a mesma constitui uma medida de caráter mais político que econômico.* A escravidão tinha mais importância como base de um sistema regional de poder que como uma forma de organização da produção. Abolido o trabalho escravo, praticamente em nenhuma parte houve modificações de real significação na forma de organização da produção e mesmo na distribuição de renda (Furtado, 2009, p. 140-141, grifo nosso).

Diante dessas informações e de algumas reflexões, nossa avaliação foi que eu evitei trazer qualquer menção as argumentações dele no seu clássico para a tese, não apenas por discordar frontalmente de suas assertivas, mas, principalmente, porque ainda não me sentia ter a devida maturidade acadêmica ou uma apropriação mais robusta do estado da arte do campo da teoria econômica e da economia política do desenvolvimento, e não apenas das relações raciais, para fazer o enfrentamento necessário as proposições do célebre economista, nesse debate tão complexo, o que, no meu trabalho de 2019, me senti seguro em fazer.

Por isso, tanto eu como Reginaldo, fizemos referência a esse episódio no decorrer do livro. Reproduzo aqui, a parte do prefácio que ele faz a sua consideração:

O texto sob o olhar vulpino de Elias é o clássico Formação Econômica do Brasil (1959) e o conteúdo central do debate é a questão da mão de obra do negro tanto na economia escravocrata como depois dela [...] E este incômodo dormitou por quase três décadas no subconsciente de Elias até despertá-lo para a obrigação de problematizá-lo, mais assertivamente, enquanto economista e profissional do mesmo campo de atuação do mentor de tais afirmações. Afinal, também como ex-sudeniense, não havia como passar ao largo das controversas afirmações do criador da emblemática autarquia (Sampaio, 2019, p. 21).

A nossa segunda conclusão foi de que no período de 1999 a 2003, também não havia ainda um campo da gestão e das políticas públicas um arranjo teórico metodológico totalmente instrumentalizado para tratar da questão das relações raciais dentro de suas respectivas complexidades, mas de forma endógena aos modelos mais usados no campo da administração pública, *stricto sensu*. Isso é, arranjos epistemológicos que nos permitissem discutir adequadamente de forma correlacionada as políticas de desenvolvimento, a economia política, a gestão, as políticas públicas e as relações raciais.

Na realidade, o que parece ter ficado evidente é que apesar de toda a produção acadêmica nesses campos de investigação científica, nos 20 anos que separavam a defesa da minha tese de doutorado e a publicação do meu livro, ainda havia algumas lacunas que precisariam ser preenchidas para consolidar algumas ideias que já vinham dormitando em minha cabeça há mais de duas décadas e uma dessas lacunas nos pareceu poder ser preenchida a abordagem da Administração Política como uma

proposta que poderia ser muito eficiente, para mediar os grandes debates da teoria econômica e economia política, em articulação com a gestão e as políticas públicas, trazendo para a centralidade dessas abordagens temas transversais como as relações raciais e o racismo e seus efeitos sobre as desigualdades socioeconômicas e o subdesenvolvimento.

Acredito – e acho que Reginaldo também acreditava – que isso agregaria muito valor aos estudos da Administração Política.

Sigamos!

Referências

FURTADO, C. *Formação econômica do Brasil*. Organização Rosa Freire d'Aguiar Furtado. São Paulo: Companhia das Letras, 2009. Edição Comemorativa 50 anos.

SAMPAIO, E. de O. *Dialogando com Celso Furtado: ensaios sobre a questão da mão de obra, o subdesenvolvimento e as desigualdades raciais na formação econômica do Brasil*. São Paulo: Hucitec, 2019.

SANTOS, R. S. (org.). *A administração política como campo do conhecimento*. São Paulo: Edições Mandacaru, 2004.